

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16194 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 24 - GE Educação e Povos Indígenas

CAMINHOS DE (DES)ENCONTROS DE UMA PESQUISADORA BRANCA JUNTO AOS ESTUDANTES INDÍGENAS

Magali Mendes de Menezes - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CAMINHOS DE (DES)ENCONTROS DE UMA PESQUISADORA BRANCA JUNTO AOS ESTUDANTES INDÍGENAS

Resumo

Neste texto busco refletir o que chamo de (des)encontro entre mundos dentro do espaço da Universidade. Há um fio sempre tênue entre encontrar e desencontrar. A presença de estudantes indígenas na Universidade traz implicações ao modo como pensamos e vivemos a pesquisa, a produção de conhecimento e a linguagem com que nos comunicamos. Com seus saberes, linguagens e metodologias próprias, os estudantes indígenas deixam de serem “objetos” de pesquisa e passam agora a construir suas investigações, sempre em diálogo com memórias e ancestralidades. Na relação com os indígenas pesquisadores mundos se cruzam e dimensões de ciência buscam se comunicar. É preciso, para isso, sair do lugar privilegiado da branquitude, que permeia a produção epistemológica Ocidental, para (re)aprendermos mutuamente com a experiência profunda da interculturalidade. A presença dos indígenas contribui, assim, de modo significativo na descolonização dos saberes e consequentemente, da própria Universidade.

Palavras-chaves: Universidade, estudantes indígenas, branquitude, epistemologias

Proponho repensar, nesta escrita, o significado da pesquisa, compreendendo-a como desejo de criação, como experiência em que pensamento e vida não são dicotômicos, mas estão imbricado um no outro. Para isso, precisamos descolonizar os espaços acadêmicos, suas estruturas e a nós mesmos. “A descolonização, que se propõe transformar a ordem do mundo, é, como se vê, um programa de desordem absoluta” (Fanon, 2022, p.32). A descolonização é, portanto, um risco, delicioso risco e que não pode ser vivida pela metade. Como *desordem absoluta* ou assumimos esta tarefa ou não é descolonização e sim continuidade de novos processos de colonização.

Pergunto então o que acontece quando uma Universidade, panteão da pesquisa, recebe (não de “boa vontade”) sujeitos que, historicamente, não deveriam estar ali? O que acontece quando as perguntas não são apenas “nossas”, vêm de outros, outras, outres? Afinal, o que fazemos com as perguntas que não são nossas? Como nos impactam e nos permitem reformular nosso modo próprio de perguntar? Falo aqui a todo o momento “nós”, contudo este

nós que fala é marcado por privilégios. O *nós* não inclui, tem uma aparência de inclusão, mas como toda universalidade excludente, o *nós* é pequeno, não comum. O *nós* é o *Eu* moderno, com outra roupa. Deste lugar de onde falo há cor, classe social, sexo, gênero, idade, religião, metodologia científica. A ciência não é neutra, o que fazemos na Universidade, respaldado pelo então discurso científico está inserido em determinadas posições, visões de mundo e projetos de sociedade que se quer defender ou criticar. A ciência é espaço de disputa política, a ciência é guerra (e alimenta a guerra). Mas quando *outras* erguem a voz, ou o corpo como voz, ou o silêncio como voz, que ciência se produz? Há o silêncio do oprimido que nunca aprendeu a falar e há a voz daqueles que tem sido forçosamente silenciado porque ousaram falar e, ao fazer isso, resistem (bell hooks, 2019, p.47).

Neste momento em que acompanhamos de forma cada vez mais crescente, a presença de indígenas na Universidade, nos programas de Pós-Graduação, a pergunta sobre a pesquisa parece assumir novas direções. Os indígenas trazem para a academia seus saberes, modos próprios de construir conhecimentos, linguagens, em que a oralidade, o sentido comunitário da palavra, é expressão profunda de pensamento. Falar *em indígenas pesquisadores/as* é falar de uma condição existencial-coletiva que é anterior à pesquisa (acadêmica) e que, desse modo, redimensiona a compreensão mesma da pesquisa.

Contudo, quem escreve é uma não indígena, branca. O que é possível dizer se dá nesta localização (espacial, política) de quem se vê profundamente tocada pelas relações e (des)encontros com estudantes indígenas dentro da Universidade, mas também fora dela. Percebo o quanto estes laços constituídos redimensionaram a minha própria maneira de pensar-sentir a pesquisa. Não quero falar da pesquisa feita pelos estudantes indígenas, mas como este modo próprio de pensar-sentir a pesquisa trouxe implicações em como *eu* (mulher, cis, branca) co-nasci.

Pesquisar é nos enredar num movimento nascente de desejo, de um querer sair das superfícies, enfrentar o óbvio e mergulhar no desconhecido, revendo a todo momento nossas próprias posições. Nesta perspectiva não há sujeitos e objetos, apenas encontros (permeados por desencontros) de tempos, linguagens, sentires distantes, que buscam no encontro a desejada proximidade sempre precária, provisória, porque o encontro precisa a todo o momento ser pactuado.

O encontro com o Outro é a invenção de nós mesmos. Do mesmo modo que a Europa não “des-cobriu” a América, mas se inventou a partir da América (pois antes a Europa não existia), nós pesquisadores/as nos inventamos desde o Outro. A invenção colonizadora de nós mesmos nos fez esquecer que sem o Outro não seríamos o que somos!

Não inventamos temáticas de pesquisa, estas emergem na abertura do encontro. Como em um ritual, onde quem “visita” uma casa que não é sua (e nunca será) devemos levar algo. Na arrogância de que nosso saber será suficiente, esquecemos que ele pode não ser importante. O que é possível levar no encontro da pesquisa? Levamos perguntas (que não são

somente nossas), objetos, olhares, cadernos, gravadores? O que levamos para o encontro em uma casa que não é nossa e que muitas vezes nem sequer fomos convidados a entrar?

Continuaremos a levar bombas hidráulicas, como nos fala Kusch? Faço aqui um trecho da obra de Kusch (2007) em que ele comenta uma ida a uma comunidade indígena que viviam uma grande dificuldade para obter água para o plantio. Todo tempo um ancião observava “os pesquisadores” e não falava nada. Até que um estudante que o acompanhava perguntou por que eles não usavam uma bomba hidráulica. E o ancião ficou em seu silêncio. O que pensava este ancião? Por que não respondeu nada?

Nesta passagem da obra, Rodolfo Kusch, filósofo argentino, pesquisador do pensamento indígena e popular é possível perceber os desafios do encontro. Há uma descrição do encontro de duas tradições, a científica e a indígena, a da tecnologia e a do ritual, da magia. Cada uma traz seus modos de significar a realidade, o que cerca a comunidade e como esta constrói sua compreensão. Não se trata de substituir uma visão por outra, mas fazer estas visões falarem em uma língua que tenha sentido para todos os comunicantes. Com qual linguagem nos comunicamos na Academia? Que linguagens são possíveis? Que espaços de aprendizagem de diferentes linguagens existem ou ainda precisam ser construídos?

As linguagens carregam corpos e epistemologias. Ao negarmos uma linguagem, expressão de (re)existência subjetiva e coletiva, negamos também os/as sujeitos/as que pronunciam seus saberes desde estas linguagens. Ao decidirmos por epistemologias a serem ensinadas, pesquisadas e referenciadas como subsídios em nossas práticas investigativas, estamos fazendo opções de modos de ver, sentir, pensar e dizer o mundo. Opções teóricas, metodológicas não são neutras, pois representam compromissos com determinadas posições que, de alguma forma, acabamos assumindo. Linguagens aprisionam ou libertam, depende de como e o quê dizemos.

bell hooks (2017) fala da língua de conquista e que continua a ser ensinada nas escolas e universidades. É fundamental refletir, enquanto educadora/pesquisadora, o que significa a língua da conquista na produção da branquitude e como se reflete em minhas posturas, opções, (des)encontros que faço dentro da Universidade. O espaço acadêmico está repleto de pessoas brancas na docência, gestão e salas de aula. Embora as políticas afirmativas representem um avanço, a linguagem que está presente e que faz andar a engrenagem da instituição, é a da dominação. A supremacia branca, capitalista, patriarcal está presente em todos os espaços, mas não pensamos com radicalidade sobre o que isso significa. Existe um pacto da branquitude, como nos fala Bento (2022), que naturaliza nosso modo de ocupar estes espaços. Nós, brancos e brancas, não *estranhamos* haver poucos negros/as e indígenas em nossas salas de aula; não *estranhamos* a ausência de negros/as e indígenas na gestão de nossas Universidades, em outros cargos de chefia; não *estranhamos* autores/as negros/as e indígenas não aparecerem em nossas bibliografias, não *estranhamos* que a ciência é branca! Não *estranhamos*, porque para *estranhar* é preciso mudar o olho (a escuta, o corpo todo!), abdicar de nossos lugares de privilégio (de onde olhamos) e da compreensão de verdade universal que

fomos educados/as para assim, nos pensarmos antes de tudo, de outras formas. Portanto, *periferizar* os espaços de centralidade branca exige produzir uma mudança geopolítica importante. Não é suficiente trazer para “dentro” o que estava “fora” e não acharmos que este deslocamento não trará tensionamento àqueles/as que, historicamente, estiveram “dentro”. A estrutura que (in)justamente expulsou e definiu que este não é “teu lugar”, não pode continuar funcionando como se nada tivesse acontecido. A normalidade compreendida como norma deve ser afetada e os espaços de gestão, epistemológicos, didáticos, investigativos, educativos de poder devem ser transformados, queiramos ou não, mas, como diz Gonzalez (2020, p.78), “o lixo vai falar, e numa boa”.

Referência

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afrolatino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir. A educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

KUSCH, Rodolfo. “El pensamiento indígena y popular en América”. Obras Completas, Tomo II. Rosário: Fundación A. Ross, 2007.

_____. **América profunda**. Buenos Aires: Biblos, 1999.

SANTOS, Antônio Bispo dos. [NEGO BISPO]. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISAGRAMA, 2023.

_____. [et. al.]. **Composta Escola, comunidades de sabenças vivas**. São Paulo: N-1 edições, 2022.